

PUBLICIDADE LEGAL



EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](http://verificador.iti.gov.br)

EDIÇÃO 4937
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, Quinta-feira 31 de março de 2022

Gazeta do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital
conforme Lei 13.818/2019
VERIFICAÇÃO - acesse: verificador.iti.gov.br

Gazeta do Estado
ICP
Brasil

Assinado Digitalmente por
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 04.471.978/0001-92
Data: 2022/03/30 23:24:01



PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019VERIFICAÇÃO
ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BRTRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ: 02.276.653/0001-23RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Aos administradores e acionistas da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6.

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo circulante		816	1.142
Caixa e equivalentes de caixa	3	416	899
Instrumentos financeiros	4	159	-
Certificados de depósitos bancários		159	-
Outros ativos	5	241	243
Diversos		91	88
Despesas antecipadas		150	155
Ativo não circulante		356	541
Outros ativos	5	25	150
Despesas antecipadas		25	150
Imobilizado de uso	6	282	326
Imóveis de uso		603	540
(Depreciações acumuladas)		(321)	(214)
Intangível	7	49	65
Ativos intangíveis		79	79
(Amortização acumulada)		(30)	(14)
Total do ativo		1.172	1.683
Passivo circulante		705	425
Depósitos e outros instrumentos financeiros	8	172	3
Negociação e intermediação de valores		172	3
Outros passivos	8	533	422
Fiscais e previdenciárias		28	13
Provisão para pagamentos a efetuar		344	316
Diversas		161	93
Patrimônio líquido		467	1.258
Capital social	9	4.950	2.950
Aumento de capital	9	-	2.000
Capital a integralizar	9	(500)	(2.000)
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)	(42)
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.941)	(1.650)
Total do passivo		1.172	1.683

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2ºsem/21	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		68	86	45
Receitas com aplicações interfinanceiras	10	61	77	30
Receitas com títulos e valores mobiliários	10	7	9	15
Resultado bruto da intermediação financeira		68	86	45
Outras receitas/despesas operacionais		(1.353)	(2.377)	(1.631)
Receitas de prestação de serviços		24	24	-
Despesas de pessoal	11	(405)	(665)	(362)
Outras despesas administrativas	12	(919)	(1.624)	(1.324)
Despesas tributárias	13	(52)	(102)	(78)
Outras receitas operacionais	14	34	36	136
Outras despesas operacionais	14	(35)	(46)	(3)
Resultado operacional		(1.285)	(2.291)	(1.586)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(1.285)	(2.291)	(1.586)
Prejuízo líquido do semestre / exercícios		(1.285)	(2.291)	(1.586)
Número de ações		9.814,854	9.814,854	9.814,854
(Prejuízo por mil ações)		(0,1309)	(0,2334)	(0,1616)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	2ºsem/21	2021	2020
Prejuízo líquido do semestre / exercícios	(1.285)	(2.291)	(1.586)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-	(42)
Ajustes de avaliação patrimonial de ativo imobilizado	-	-	-
Resultado abrangente total	(1.285)	(2.291)	(1.628)
Resultado abrangente atribuível aos:	(1.285)	(2.291)	(1.628)
Acionistas controladores	(1.285)	(2.291)	(1.628)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2020	2.950	-	-	-	(64)	2.886
Aumento de capital	-	2.000	-	-	-	2.000
Capital a integralizar	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(42)	-	(42)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.586)	(1.586)
Saldos em 30 de dezembro de 2020	2.950	2.000	(2.000)	(42)	(1.650)	1.258
Mutações do exercício	-	2.000	(2.000)	(42)	(1.586)	(1.628)
Saldos em 1 de julho de 2021	4.950	-	(1.000)	(42)	(2.656)	1.252
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	500	-	-	500
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(1.285)	(1.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.950	-	(500)	(42)	(3.941)	467
Mutações do semestre	-	-	500	-	(1.285)	(785)
Saldos em 1 de janeiro de 2021	2.950	2.000	(2.000)	(42)	(1.650)	1.258
Aumento de capital	2.000	(2.000)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	1.500	-	-	1.500
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(2.291)	(2.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.950	-	(500)	(42)	(3.941)	467
Mutações do exercício	2.000	(2.000)	1.500	-	(2.291)	(791)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2ºsem/21	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(2.291)	(1.285)	(1.586)
Ajuste por:			
Depreciações / amortizações	123	63	117
Provisões contingenciais	35	35	-
Variação em ativos operacionais:	(32)	216	2.157
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	1.528
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	(159)	143	722
Redução em outros créditos	(3)	(3)	(88)
(Aumento) em despesas antecipadas	130	76	(5)
Variação em passivos operacionais:	245	(2.602)	222
Aumento em depósitos e outros instrumentos financeiros	169	(2.732)	-
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	15	15	7
Aumento em obrigações diversas	61	115	215
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.920)	(3.573)	910
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(63)	(37)	(79)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(63)	(37)	(79)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralizações de capital	1.500	500	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.500	500	-
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	(483)	(3.110)	831
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	899	3.526	68
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício	416	416	899
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(483)	(3.110)	831

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional. A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada "Distribuidora", tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas aquelas atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986. Em fevereiro de 2020 foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás uma ata de assembleia geral extraordinária onde deliberou-se por unanimidade de votos a alteração da denominação social de "Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A." para "Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.", foi aprovado também a inclusão ao objeto social as atividades de operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais. Além de emitir certificados de depósitos de ações e intermediar operações de câmbio. A Distribuidora iniciou suas operações em renda fixa em outubro de 2020, de acordo com a estrutura e cronograma previsto. O processo de operacionalização das operações de renda variável se iniciaram sendo os testes operacionais realizados no início de agosto de 2021, demonstrando o envolvimento e atendimento ao cronograma estipulado pelos Administradores.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), associadas às demais normas emitidas pelo BACEN. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências, realização do crédito tributário, sempre que aplicável, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2022.

2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras. Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1)) • Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2)) • Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2)) • Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1)) • Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)) • Res. 3.989/11 - pagamento baseado em ações (CPC 10 (R1)) • Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23) • Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24) • Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25) • Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27) • Res. 4.424/15 - registro contábil e evidencição de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)) • Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41) • Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46) Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apropriação de receitas e despesas.** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para as despesas e receitas de natureza financeira. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Distribuidora. **c) Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com reversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. **e) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **f) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota; • **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas. **g) Imobilizado de uso.** São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais contas. **h) Intangível.** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso



contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Negociação e intermediação de valores.** Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores e demais participantes de mercado, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **k) Prejuízo por ação.** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço. **l) Demais ativos e passivos.** Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

3 Caixa e equivalentes de caixa. São representados por disponibilidades em moeda nacional

	dez/21	dez/20
Disponibilidades		
Depósitos bancários	416	899
Total	416	899

4 Instrumentos financeiros. Os certificados de depósitos bancários são aplicações de recursos próprios, estão classificados como "Títulos para negociação" junto ao Banco Daycoval, compostos conforme tabela abaixo:

Títulos para negociação	Hierarquia do valor		Valor de custo	
	Vencimento	justo	dez/21	dez/20
Carteira própria				
Certificados de depósitos bancários	08/04/2024	Nível 2	159	153
Total			159	153

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

5 Outros ativos. i) Créditos diversos: serviços faturados pela Oracle decorrente da utilização de cloud para o período de dezembro/21 a fevereiro/22 ainda não realizados no montante de R\$ 91 (R\$ 88 em dez/20); e ii) Despesas antecipadas: O montante de R\$ 175 é composto substancialmente por serviços a realizar pagos antecipadamente a empresa Cedro. Administração da Companhia reavaliou e realizou um novo aditivo referente ao software em desenvolvimento junto a empresa Cedro (módulos de portal do cliente, cadastro, permissionamento) para fins de adaptação para a utilização em suas operações. Através do aditivo pode-se evidenciar que os custos realizados pela Companhia até 31 de dezembro de 2020 foram a título de adiantamento para utilização de uma licença mensal em que o não pagamento cessa o direito de uso, dessa forma, os montantes apresentados em desenvolvimento de software foram reclassificados para a conta de despesas antecipadas e serão apropriados a partir do momento em que a Cedro disponibilizar os acessos aos respectivos módulos.

6 Imobilizado de uso

Composição do imobilizado

	dez/21		dez/20	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Instalações (a)	348	(232)	116	186
Móveis e equipamentos de uso	82	(30)	52	57
Sistema de processamento de dados	173	(59)	114	83
Total	603	(321)	282	326

(a) Saldo referente a instalações incorridas no imóvel pertencente a terceiros, alugado pela Holding por meio do contrato firmado em 01/08/2017 e aditivado em 10/09/2018 transferindo a titularidade para a Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Consideramos que as instalações realizadas no imóvel aumentam a capacidade de produção e eficiência da DTVM, conforme Resolução BACEN nº 4535/16 art. 5º.

Movimentação do imobilizado

	dez/21				dez/21
	dez/20	Adições	Baixas / alienações	Depreciação	
Imobilizado de uso					
Instalações	186	-	-	(70)	116
Móveis e equipamentos de uso	57	3	-	(8)	52
Sistema de processamento de dados	83	60	-	(29)	114
Total	326	63	-	(107)	282

7 Intangível

Composição do intangível

	dez/21			dez/20
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Sistemas e softwares	79	(30)	49	65
Total	79	(30)	49	65

Movimentação do intangível

	dez/21				
	dez/20	Adições	Baixas / alienações	Transferências	Amortização
Sistemas e softwares	65	-	-	-	(16)
Total	65	-	-	-	(16)

8 Outros passivos

Depósitos e outros instrumentos financeiros

	dez/21	dez/20
Negociação e intermediação de valores	172	3
Depósitos de clientes	172	3
Total	172	3

Outros passivos

	dez/21	dez/20
Cobrança e arrecadação de tributos	3	-
Impostos e contribuições sobre terceiros	3	-
Fiscais e previdenciárias	28	13
Impostos e contribuições sobre terceiros	3	1
Impostos e contribuições sobre salários	22	12
Demais impostos a recolher	3	-
Diversas	502	409
Obrigações por aquisição de bens e direitos	28	-
Outras obrigações com pessoal	73	47
Outras despesas administrativas	273	269
Provisões para contingências (NE 18)	128	93
Total	533	422

9 Patrimônio líquido. a) Capital social.

O capital social no montante de R\$ 4.950 (R\$ 2.950 em 2020), está representado por 9.814.854 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 4.907.427 ações ordinárias e 4.907.427 ações preferenciais. Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de Outubro de 2020, foram deliberados os assuntos: i) a aprovação do aumento do capital social da Sociedade, mediante a emissão de 3.965.576 (três milhões, novecentas e sessenta e cinco mil e quinhentas e setenta e seis) novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.982.788 (um milhão, novecentas e oitenta e duas mil, setecentas e oitenta e oito) ações ordinárias e 1.982.788 (um milhão, novecentas e oitenta e duas mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais; ii) aprovação da autorização de futuro aumento de capital social da Sociedade em até mais 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias e/ou até 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, a serem emitidas mediante deliberação da Assembleia Geral; e iii) aprovação da extinção do cargo de "Diretor de Administração de Recursos de Terceiros". Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui o montante de R\$ 500 em aumento de capital a integralizar. Em 26 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil - BACEN, emitiu o Ofício nº 2.400/2021-BCB/Deorf/GTRJA e publicou no Diário Oficial nº 19 de 28.1.2021, Seção 3, página 31 a aprovação do aumento de capital de R\$ 2.950 milhões para R\$ 4.950 milhões (AGEs de 21.10 e 22.12.2020). **b) Reservas de lucros.** O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações: (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social. (ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor. As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social. **c) Política de distribuição de dividendos.** Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. **d) Resultado por ação.** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	dez/21	dez/20
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(2.291)	(1.586)
Média ponderada das ações no período	4.766	3.309
Resultado por ação - básico e diluído	(0,4807)	(0,4792)

10 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º sem/21	dez/21	dez/20
Rendas com aplicações interfinanceiras	61	77	30
Rendas com títulos e valores mobiliários	7	9	15
Total	68	86	45

11 Despesas de pessoal

	2º sem/21	dez/21	dez/20
Despesas de pessoal - benefícios (a)	(58)	(133)	(26)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(83)	(127)	(82)
Despesas de pessoal - proventos	(264)	(405)	(254)
Total	(405)	(665)	(362)

(a) Do montante total, R\$ 33 é referente a valores que a Holding designou para bonificação aos colaboradores. Este montante foi reembolsado pela Holding em 29 de julho de 2021.

12 Outras despesas administrativas

	2º	dez/21	dez/20
Despesas com serviços técnicos especializados (a)	(23)	(57)	(128)
Despesas com processamento de dados (b)	(486)	(881)	(774)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(60)	(74)	(40)
Despesas com publicação	-	(9)	(7)
Despesas com água, energia e gás	(21)	(37)	(33)
Despesas com aluguel	(48)	(93)	(84)
Despesas com manutenções	(27)	(42)	(20)
Despesas com comunicações	(28)	(52)	(42)
Despesas com serviços de terceiros	(84)	(123)	-
Despesas com depreciações/amortizações	(63)	(123)	(119)
Outras despesas	(79)	(133)	(77)
Total	(919)	(1.624)	(1.324)

(a) O saldo é composto principalmente por serviços técnicos como auditoria externa, contabilidade, assessoria técnica e consultoria. (b) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia e sua entrada em operação que ocorreu no segundo semestre de 2020.

13 Despesas tributárias

	2º	dez/21	dez/20
Despesas com Pis	(1)	(1)	(1)
Despesas com Cofins	(4)	(5)	(3)
Despesas com demais impostos e taxas	(9)	(20)	(6)
Despesas com taxa de fiscalização da CVM	(38)	(76)	(68)
Total	(52)	(102)	(78)

14 Outras receitas e despesas operacionais

	2º sem/21	dez/21	dez/20
Outras receitas operacionais	34	36	136
Outras receitas	34	36	136
Outras despesas operacionais	(35)	(46)	(3)
Outras despesas financeiras	(35)	(46)	(3)

15 Imposto de renda e contribuição social

	dez/21		dez/20	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL				
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(2.291)	(2.291)	(1.586)	(1.586)
Base de cálculo de IR e CSLL	(2.291)	(2.291)	(1.586)	(1.586)
Adições / (exclusões)	2	2	(82)	(82)
Despesas indutíveis	35	35	53	53
Outras exclusões	(33)	(33)	(135)	(135)
Lucro Real	(2.287)	(2.287)	(1.750)	(1.750)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 2.289 não contabilizados (R\$ 1.668 em 2020).

16 Operações com partes relacionadas. A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

16.1 Contas a pagar com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/21	dez/20
Depósitos em conta corrente	(157)	-
Depósitos bancários - Trinus SCD	(71)	-
Depósitos bancários - Sócios	(86)	-

16.2 Remuneração aos administradores e acionistas. A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto Social da Distribuidora, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação. Os Administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17 Provisões, ativos e passivos contingentes. Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras obrigações". No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi provisionado o montante de R\$ 128 referente a processo trabalhista com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos. Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos com a probabilidade de perda possível.

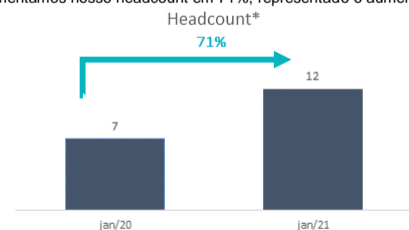
18 Gestão de risco. A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III. Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

18.1 Limites operacionais. Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 foi de 21,47% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2020 o indicador era 89,74% para a Trinus Capital DTVM).

19 Eventos subsequentes. A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2021 e essa data, não ocorreram eventos que necessitem divulgação.

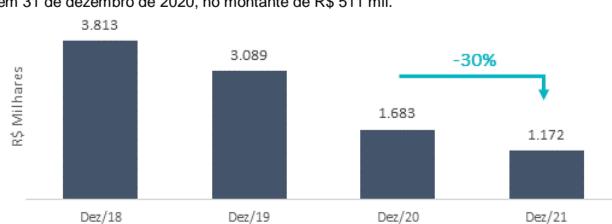
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** ("Trinus Investimentos" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Mensagem da Administração.** A Trinus Investimentos é uma distribuidora que tem o objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas as atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986. Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Trinus Investimentos mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais da Trinus Investimentos, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações. **Destaque do período. Pessoas.** Promovemos um ambiente seguro e inclusivo, com equidade de oportunidade para todos. Desejamos, cada vez mais, sensibilizar a organização, desconstruir estereótipos e implementar ações para mudança de cenários específicos. Sendo assim, adotamos a cultura de valorização da diversidade e respeito pelas pessoas, cujo pilares são: **Gênero.** Trabalhamos pela equidade, de modo que homens e mulheres tenham iguais oportunidades de desenvolvimento, crescimento e remuneração na Companhia. **Raça.** Trabalhamos para que a representatividade racial seja uma realidade. O objetivo é aumentar a atratividade, o volume de entrada e que todos os colaboradores tenham as mesmas oportunidades. **LGBTQIA+.** Ambiente seguro e respeitoso, independente da orientação sexual e identidade de gênero. **Headcount.** No período entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, aumentamos nosso headcount em 71%, representado o aumento de 5 colaboradores.



* Não auditado pelos auditores independentes.

Negócio. A Trinus Investimento no ano de 2021 vem seguindo a estratégia voltada para a solução e implementação tecnológica através da plataforma web e app no processo de desenvolvimento de ferramentas e estruturação de novos produtos, com isso, diversas ações foram realizadas no ano de 2021 buscando atender seus objetivos: Em abril de 2021, foi iniciado a distribuição de produtos de renda fixa, disponibilizando ativos de emissão bancária tais quais: CDB, LCI, LCA e LF, sendo que no mesmo mês tivemos a primeira operação comprometida da Trinus Investimento. Foi estruturado em seguida a área de Produtos, visando a análise e escolha de novos produtos para a nossa **plataforma** Trinus Investimentos, iniciamos também no mesmo período a distribuição de fundos de investimentos de outras gestoras para composição de produtos ofertados em nossa plataforma. No primeiro semestre de 2021, finalizamos o processo de parametrização do Sinacor (Sistema Integrado de Administração de Corretoras), de acordo com a necessidade para atendimento a renda variável, essa parametrização englobou as conexões com PNP (participante de negociação pleno) e parametrizações de critérios contábeis. Em julho de 2021 foi colocado em produção a modalidade de Renda Variável junto com o lançamento do aplicativo Trinus Trader, plataforma profissional que permite operar com agilidade na bolsa de valores e disponibiliza inúmeras ferramentas e funcionalidades disponíveis na versão mobile nas lojas IOS e Android. No mês de agosto foi realizado o primeiro processo de STVM (solicitação de transferência de valores) de entrada na Trinus Co e no mês de novembro o primeiro processo de STVM de saída da Trinus Investimento. **Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado: Ativos.** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R\$ 1.1 milhões, apresentando uma queda de 30% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 511 mil.

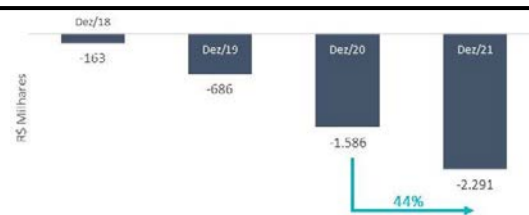


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Redução de 54% das disponibilidades de caixa em 2021 em comparação com o mesmo período do ano de 2020 (Nota 03). • **Instrumentos financeiros:** Certificados de depósitos bancários classificados como "Títulos para negociação" junto ao Banco Daycoval (Nota 04)

Patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 467 mil, representando uma queda de 63% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 791 mil.



Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: • Prejuízo líquido de R\$ 2.2 milhões no exercício de 2020; • Integralização de R\$ 1 milhão no primeiro semestre 2021; • Prejuízo líquido de R\$ 1 milhão no primeiro semestre 2021. Resultado:



No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo líquido totalizou R\$ 2.2 milhões, representando um aumento de 44% em relação ao prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$ 705 mil. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: • **Despesas de pessoal:** Aumento das despesas com pessoal estão relacionados ao crescimento do quadro de colaboradores para colocar a empresa em operação no segmento de renda variável e montante designado pela Holding para bonificação de colaboradores (Nota 11). • **Outras despesas administrativas:** O aumento das despesas administrativas de R\$ 1.3 milhões em 2020 para R\$ 1.6 milhões em 2021, representado pelo incremento de despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software e despesas com serviços técnicos de terceiros (Nota 12). Aprovada pela Administração de 29 de janeiro de 2022. A Administração.

GAZETA RURAL

O GAZETA RURAL PERMITE QUE O
TELESPECTADOR CONHEÇA DETALHES
SOBRE A AGRICULTURA E A PECUÁRIA.



APRESENTAÇÃO: **JOTA SOBRINHO**
SEGUNDA A SEXTA ÀS 7H30



O ÚNICO DIÁRIO QUE CIRCULA NA CAPITAL
E NO INTERIOR, ATENDE A LEI DE
PUBLICAÇÃO LEGAL

Leia e anuncie!

62 3249-8883 - gazetadoestado.com.br



TRINUS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 40.654.622/0001-58

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, com relatório do auditor independente.

Aos administradores e acionistas da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

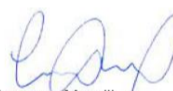
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6


Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2021
Ativo circulante		2.832
Caixa e equivalentes de caixa	3	79
Instrumentos financeiros	4	1.146
Cotas de fundos de investimentos		1.146
Operações de crédito	5	1.600
Operações de crédito		1.608
(-) Provisão para créditos duvidosos		(8)
Outros ativos		7
Diversos		7
Total do ativo		2.832
Passivo circulante		64
Depósitos e instrumentos financeiros	6	4
Outros depósitos		4
Outros passivos	6	60
Fiscais e previdenciárias		5
Provisão para pagamentos a efetuar		55
Patrimônio líquido		2.768
Capital social	7	3.000
Lucros ou prejuízos acumulados		(232)
Total do passivo		2.832

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2º sem/21	2021
Receitas de intermediação financeira		56	57
Receitas de operações de crédito	8	8	8
Receitas com títulos e valores mobiliários	9	48	49
Despesas de intermediação financeira		(8)	(8)
Provisão de operações de crédito		(8)	(8)
Resultado bruto da intermediação financeira		48	49
Outras receitas/despesas operacionais		(202)	(281)
Despesas de pessoal	11	(33)	(33)
Outras despesas administrativas	10	(166)	(244)
Despesas tributárias		(3)	(4)
Resultado operacional		(154)	(232)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(154)	(232)
Prejuízo líquido do período		(154)	(232)
Número de ações	3.000.000	3.000.000	
(Prejuízo por mil ações)	(0,0513)	(0,0773)	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	2º sem/21	2021
Prejuízo líquido do período	(154)	(232)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(154)	(232)
Resultado abrangente atribuível aos:	(154)	(232)
Acionistas controladores	(154)	(232)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1 de julho de 2021	3.000	(78)	2.922
Prejuízo líquido do semestre	-	(154)	(154)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	(232)	2.768
Mutações do período		(154)	(154)
Saldos em 1 de fevereiro de 2021			
Capital integralizado	3.000	-	3.000
Prejuízo líquido do período	-	(232)	(232)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	(232)	2.768
Mutações do período	3.000	(232)	2.768

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(232)
Ajustes ao lucro:	
Provisão para operações de crédito	8
Variação em ativos operacionais:	(2.761)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.146)
(Aumento) em operações de crédito	(1.608)
(Aumento) em outros ativos	(7)
Variação em passivos operacionais:	64
Aumento em depósitos e outros passivos financeiros	4
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	5
(Redução) Aumento em obrigações diversas	55
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(2.921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralizações de capital	3.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	3.000
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	79
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	79
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trinus Sociedade de Crédito, denominada "Companhia", tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Companhia obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central através do Diário Oficial em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF - Bacen. Assim, a Companhia iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2021. A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), associadas às demais normas emitidas pelo BACEN. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências, realização do crédito tributário, sempre que aplicável, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras sem comparativos por ter iniciado seus registros contábeis e financeiros no exercício do 1º semestre de 2021, a partir da competência do mês de fevereiro. As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciamento de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata" dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com taxas pós fixadas ou indexadas a indicadores variáveis são registradas no balanço da Companhia por seu valor atualizado até a data de balanço. As rendas com as respectivas operações de crédito são registradas no resultado de acordo com a competência em que são decorridas até o limite de 60 dias em atraso. Operações com atraso superior a 60 dias não possuem receita reconhecida no resultado de acordo com a Resolução 2.682.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são realizadas e registradas de acordo com o nível de risco atrelado às operações, levando em consideração as variáveis definidas na Resolução 2.682 do Bacen em que determina uma série de fatores que podem levar a operação ao maior ou menor risco. Atualmente os registros obedecem ao mínimo dos nove riscos estabelecidos pela regra podendo ser de nível AA ao H.

h) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;

• **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço.

k) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional

	dez/21
Disponibilidades	79
Depósitos bancários	79
Total	79

4 Instrumentos financeiros

Os fundos de investimento estão classificados conforme abaixo:

Títulos para negociação	Vencimento	Hierarquia do valor justo	dez/21	
			dez/21	Valor de custo
Carteira própria			1.146	1.146
Cotas de fundos de renda fixa	Sem vencimento	Nível 1	315	315
Cotas de fundos em direitos creditórios	Sem vencimento	Nível 1	831	831
Total			1.146	1.146

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

5 Operações de crédito

As operações de crédito estão compostas pelas seguintes modalidades:

	dez/21
Empréstimos e títulos descontados	1.608
CCBs	1.608
Total	1.608

A carteira de crédito e provisão para crédito por nível de risco estão assim distribuídas:

Nível de risco	dez/21		dez/21	
	Valor contábil	%	Valor provisão	%
A	1.608	100%	(8)	100%
Total	1.608		(8)	

Os segmentos/ramos estabelecidos na classificação da carteira de crédito estão assim representados:

Ramo	dez/21	
	Até 3 meses	Total
Serviço	1.608	1.608
Total	1.608	1.608

Abaixo estão apresentadas as movimentações das provisões para operações de crédito:

	dez/21
Saldo inicial	-
Adições	(8)
Baixas/reversões	-
Saldo final	(8)

6 Outros passivos

	dez/21
Depósitos	4
Depósitos e outros instrumentos financeiros passivos	4
Outros depósitos	4
Outras obrigações	60
Fiscais e previdenciárias	5
Impostos e contribuições sobre salários	4
Demais impostos a recolher	1
Diversas	55
Despesas de pessoal	10
Outras despesas administrativas	45
Total	64

7 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.000, está representado por 3.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 4 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Comunicado nº 121000098-BCB/Deorf/Geral e publicou no Diário Oficial nº 1 de 4.1.2021, Seção 3, página 30 a autorização para funcionamento.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

(i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.

(ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

(iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da Diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	dez/21
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(232)
Média ponderada das ações no período	3.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,0773)

8 Resultado de operações de crédito

	2º	dez/21
Rendas com empréstimos	8	8
Provisão para operações com empréstimos	(8)	(8)
Total	-	-

9 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º	dez/21
Rendas com títulos e valores mobiliários	48	49
Total	48	49

10 Outras despesas administrativas

	2º sem/21	dez/21
Despesas com serviços técnicos especializados (a)	(4)	(5)
Despesas com processamento de dados (b)	(93)	(169)
Despesas com serviços de terceiros	(47)	(47)
Outras despesas	(22)	(23)
Total	(166)	(244)

(a) O saldo é composto principalmente por serviços técnicos como contabilidade, assessoria técnica e consultoria.

(b) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia.

11 Despesas pessoal

	2º sem/21	dez/21
Despesas com pessoal – proventos	(20)	(20)
Despesas com pessoal – encargos	(7)	(7)
Despesas com pessoal – benefícios	(6)	(6)
Total	(33)	(33)

12 Imposto de renda e contribuição social

	dez/21	
Apuração do IR e CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(232)	(232)
Base de cálculo de IR e CSLL	(232)	(232)
Adições / (exclusões)	8	8
Provisões contingenciais	8	8
Lucro Real	(224)	(224)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 224 não contabilizados.

13 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

13.1 Depósitos bancários com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/21		
	Ativo	Passivo	Resultado
Depósitos em conta corrente	71	-	-
Depósitos bancários – Trinus DTVM	71	-	-
Operações de crédito	1.608	-	8
Empréstimos – Trinus Co.	1.608	-	8

13.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação. Os Administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores no período findo em 31 de dezembro de 2021.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras obrigações". No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui processos contingenciais que precisam ser provisionados e ou divulgados.

15 Gestão de risco

A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III. Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, em 31 de dezembro de 2021 o indicador foi de 21,47% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.).

16 Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2021 e essa data, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Trinus SCD" ou "Companhia")** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada "Companhia", tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Companhia foi constituída em 1 de fevereiro de 2021, após a aprovação de suas operações pelo Banco Central em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil. Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais da Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Destaque do período

Negócio

Em março de 2021 iniciamos o processo de pesquisa e busca de soluções para o Core Banking, Crédito Score, contabilidade, cadastro e sistemas de gerenciamento para liquidação financeira da plataforma de Conta Pagamento da Trinus SCD. Em maio de 2021, fechou-se todo o escopo de fornecedores, a Cashway fornecerá todos os módulos necessários para a Conta Pagamento (incluindo a Conta Corrente, Cash in, Cash out, os sistemas de BackOffice, cadastro, crédito, financeiro e contábil), a JD Soluções fornecerá os sistemas ligados ao Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) como o TED e o PIX, além do Bacen Jud e CCS Jud e o Cadastro Positivo. Neste mesmo mês iniciou-se a preparação da infraestrutura tecnológica para suportar toda a operação, com entrada em produção no mês de setembro. No mês de setembro foi iniciado o processo de homologação da conta liquidação no SPB da Trinus SCD junto ao BACEN e a solicitação de participação do PIX e a implementação do módulo de Crédito na Plataforma. Em outubro de 2021 foi realizado o lançamento do aplicativo Trinus APP, plataforma disponível na versão mobile nas lojas IOS e Android. Em dezembro de 2021 foi realizada a primeira operação de crédito.

Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Ativos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R\$ 2,8 milhões, composto por fundos de investimentos e operações de créditos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2,8 milhões, representando uma queda de 7,7% em relação ao patrimônio líquido em 01 de fevereiro de 2021, no montante de R\$ 232 mil. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

• Prejuízo líquido de R\$78 no primeiro semestre e R\$ 154 mil no segundo semestre de 2021.

Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo líquido totalizou R\$ 232 mil. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

• Outras despesas administrativas: São despesas relacionadas a serviços técnicos como contabilidade, assessoria técnica e consultoria e por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia (Nota 10) (Aprovada pela Administração de 29 de janeiro de 2022)

A Administração.